

NEWSLETTER

NÚMERO 15 | MARÇO 2022

UMA BÚSSOLA ESTRATÉGICA PARA SEGURANÇA E DEFESA

Página 2

A NATO NUMA NOVA ERA

Página 3

DIRETIVA DE PROTEÇÃO TEMPORÁRIA

Página 3

A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES NATO-RÚSSIA

Página 4

A EUROPA DOS CIDADÃOS

Página 4

SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE

Página 5

DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM-PORTUGAL

Página 6



Quando hoje se reconhece que o dia 24 de fevereiro de 2022 marca o início de uma nova era na ordem internacional e que a invasão da Ucrânia pela Rússia é também uma séria ameaça à segurança euro-atlântica, com especial impacto na atual arquitetura de segurança e defesa europeia, isso significa que é preciso atualizar conceitos e orientações estratégicas, rever as ameaças e desafios contemporâneos, redefinir prioridades e objetivos assim como adequar as capacidades e os meios para lhes fazer face.

Por definição legal, é o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que analisa os aspetos fundamentais da estratégia global de Estado para a consecução dos objetivos de segurança e defesa nacional, ou seja, "garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações, perante qualquer ameaça ou agressão externa"; e ainda para "assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional".

Por força da globalização e da participação de Portugal nas organizações internacionais, os interesses que temos de proteger situam-se hoje nas mais diversas regiões do planeta e impõem uma nova caracterização de fronteiras onde temos de atuar e dos cenários de intervenção onde o interesse nacional tenha de ser defendido.

A nossa participação na União Europeia e na NATO é fundamental para a segurança e defesa nacional. Já não são possíveis políticas de defesa autónomas, mesmo para as grandes potências, porque nenhum país, por si só, está em condições de se defender e de proteger as populações perante a nova tipologia dos desafios, perigos e ameaças que temos pela frente. O CEDN é assim um documento relevante na configuração institucional do modelo de organização da defesa nacional e das forças armadas, na formulação das medidas de política da defesa nacional e, noutros instrumentos estruturantes e programáticos dele decorrentes como o Conceito Estratégico Militar , o Planeamento das Capacidades e a Programação Militar Embora não exista qualquer disposição legal sobre as circunstâncias que determinam a sua revisão, não é difícil verificar que, no passado, todas elas ocorreram na sequência de acontecimentos mundiais com importantes implicações na ordem nacional e internacional, exigindo um esforço de atualização de objetivos e de adaptação da política de segurança e defesa.

Compreende-se assim que o atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional tenha de ser revisto sob a influencia da guerra na Ucrânia e em consonância com as novas estratégias definidas a montante pela NATO, que apresentará o seu novo Conceito Estratégico na Cimeira de Madrid no próximo mês de junho e pela União Europeia que aprovou a Bússola Estratégica na Cimeira de Bruxelas no passado mês de março.

A conjugação da Estratégia da Defesa Nacional com a nova estratégia da Aliança Atlântica e o seu entrosamento numa Política Comum de Segurança e Defesa revigorada parece-me ser fundamental.

É, sobretudo, imperativo reforçar as capacidades e os recursos das Forças Armadas, aumentar o investimento em operações e em manutenção, rever a política de recursos humanos militares. Estas são, entre outras, decisões políticas inevitáveis e urgentes para que Portugal possa cumprir as metas fixadas pela União Europeia e pela NATO, nas suas mais recentes Cimeiras. Lisboa, 31 de março de 2022

António Figueiredo Lopes Presidente

UMA BÚSSOLA ESTRATÉGICA PARA SEGURANÇA E DEFESA



UMA BÚSSOLA ESTRATÉGICA PARA A UE

A União Europeia aprovou formalmente a Bússola Estratégica, numa altura em que assistimos ao regresso da guerra na Europa. A Bússola Estratégica oferece à União Europeia um plano de ação ambicioso para fortalecer a política de segurança e defesa da UE até 2030.

O ambiente de segurança mais hostil exige que dêmos um salto quântico e aumentemos a nossa capacidade e vontade de agir, fortalecer nossa resiliência e investir mais e melhor nas nossas capacidades de defesa.

A força da nossa União reside na unidade, solidariedade e determinação. O objetivo da Bússola Estratégica é tornar a UE um fornecedor de segurança mais forte e mais capaz. A UE deve poder proteger os seus cidadãos e contribuir para a paz e segurança internacionais. Isso é ainda mais importante num momento em que a guerra voltou à Europa, após a agressão russa injustificada e não provocada contra a Ucrânia, bem como de grandes mudanças geopolíticas. Esta Bússola Estratégica reforçará a autonomia estratégica da UE e a sua capacidade de trabalhar com parceiros para salvaguardar os seus valores e interesses.

Uma UE mais forte e mais capaz em segurança e defesa contribuirá positivamente para a segurança global e transatlântica e é complementar à NATO, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus Membros. Também intensificará o apoio à ordem global baseada em regras, com as Nações Unidas no seu núcleo.

A Bússola Estratégica fornece uma avaliação partilhada do ambiente estratégico em que a UE opera e das ameaças e desafios que a União enfrenta. O documento apresenta propostas concretas e acionáveis, com um calendário de implementação muito preciso, a fim de melhorar a capacidade da UE para agir de forma decisiva em crises e defender a sua segurança e os seus cidadãos.

A Bússola Estratégica abrange todos os aspectos da política de segurança e defesa e está estruturado em quatro pilares: agir, investir, associar e proteger.

Agir

A fim de poder agir de forma rápida e robusta sempre que eclodir uma crise, com parceiros se possível e sozinha quando necessário, a UE:

- estabelecer uma forte capacidade de desdobramento rápido da UE de até 5.000 soldados para diferentes tipos de crises
- estar pronto para implantar **200** especialistas em missão PCSD totalmente equipados em 30 dias, inclusive em ambientes complexos
- realizar exercícios regulares ao vivo em terra e no mar
- melhorar a mobilidade militar
- reforçar as missões e operações civis e militares da PCSD (Política Comum de Defesa e Segurança) da UE, promovendo um processo de tomada de decisão mais rápido e flexível, agindo de forma mais robusta e garantindo uma maior solidariedade financeira

- fazer pleno uso do Fundo Europeu para a Paz para apoiar os parceiros.

Proteger

A fim de reforçar a sua capacidade de antecipar, dissuadir e responder às ameaças e desafios atuais e emergentes, e salvaguardar os interesses de segurança da UE, a UE:

- aumentar suas capacidades de análise de inteligência
- desenvolver uma caixa de ferramentas híbrida e equipes de resposta reunindo diferentes instrumentos para detectar e responder a uma ampla gama de ameaças híbridas
- desenvolver ainda mais a Caixa de Ferramentas Ciberdiplomática e estabelecer uma Política de Defesa Cibernética da UE para estar melhor preparado e responder a ciberataques
- desenvolver uma caixa de ferramentas de manipulação e interferência de informações estrangeiras
- desenvolver uma estratégia espacial da UE para a segurança e defesa
- reforçar o papel da UE enquanto interveniente da segurança marítima

Investir

Os estados membros comprometeram-se a aumentar substancialmente seus gastos com defesa para corresponder à nossa ambição coletiva de reduzir as lacunas críticas de capacidade militar e civil e fortalecer nossa base tecnológica e industrial de defesa europeia. A UE irá:

- intercâmbio de objetivos nacionais sobre gastos de defesa aumentados e aprimorados para atender às nossas necessidades de segurança
- fornecer mais incentivos para que os Estados membros se envolvam no desenvolvimento de capacidades colaborativas e invistam conjuntamente em capacitadores estratégicos e capacidades de próxima geração para operar em terra, no mar, no ar, no domínio cibernético e no espaço sideral
- impulsionar a inovação tecnológica de defesa para preencher lacunas estratégicas e reduzir as dependências tecnológicas e industriais

Parcerias

A fim de fazer face às ameaças e desafios comuns, a UE irá:

- fortalecer a cooperação com parceiros estratégicos como a NATO, a ONU e parceiros regionais, incluindo a OSCE, UA e ASEAN
- desenvolver parcerias bilaterais mais personalizadas com países com ideias semelhantes e parceiros estratégicos, como os EUA, Canadá, Noruega, Reino Unido, Japão e outros
- desenvolver parcerias personalizadas nos Balcãs Ocidentais, na nossa vizinhança oriental e meridional, África, Ásia e América Latina, nomeadamente através do reforço do diálogo e da cooperação, promovendo a participação nas missões e operações da PCSD e apoiando o reforço das capacidades.



Uma Bússola Estratégica: Para Segurança e Defesa



Factsheet: Uma Bússola Estratégica para a UE



Factsheet: Capacidade de implantação rápida da UE



Perguntas e Respostas: Bússola Estratégica

A NATO NUMA NOVA ERA



Mudanças globais, desafios globais

Hoje, a NATO é confrontada com vários desafios decisivos. Dos esforços da Rússia para minar e ameaçar a aliança e os seus parceiros ao crescente papel global da China, a ameaça representada pelas mudanças climáticas e as crises na vizinhança da Europa, os aliados são novamente forçados a adaptar-se para tornar a NATO adequada ao propósito. Central para este esforço será o novo conceito estratégico apresentado na cúpula da NATO em Madrid em junho.

Tarefas Essenciais da NATO num cenário global contestado

Tendo em conta os desenvolvimentos dentro e à volta da área euroatlântica ao longo da última década e mais, elevar e reacender o papel da defesa e da dissuasão deve estar no centro das deliberações da NATO. Isso exigirá que os membros reavaliem as premissas básicas sobre a sua própria defesa, incluindo a compreensão das pressões sobre a política externa dos EUA e as contribuições europeias para a aliança.

 $G\mid M\mid F$ Tarefas Essenciais da NATO num cenário global contestado

O Papel Subestratégico da NATO no Médio Oriente e Norte de África

O papel da NATO no Médio Oriente e Norte da África (MENA) é politicamente e operacionalmente complexo. Que uma organização de segurança e defesa desempenhe um papel importante numa região contígua da qual emanam inúmeras ameaças de segurança faz sentido intuitivo. À medida que a NATO procura adaptar-se ao ambiente de segurança em evolução ao mesmo tempo que revisita o seu Conceito Estratégico, a sua ambição e papel no MENA devem ser tidos em conta.

G M F O Papel Subestratégico da NATO no Médio Oriente e Norte de África

A NATO e a Cooperação Digital com o Indo-Pacífico

Embora a NATO considere como enfrentar o desafio da China em casa por meio de uma maior coordenação nas áreas de desenvolvimento tecnológico, ela também deve buscar alavancar os pontos fortes dos seus parceiros com ideias semelhantes e trazer países parceiros que são atores importantes em EDTs, como Austrália e Japão, na programação da NATO neste campo.

 $oxed{G \mid M \mid F}$ A NATO e a Cooperação Digital com o Indo-Pacífico

A NATO e as alterações climáticas: antes tarde do que nunca

Levou algum tempo para que as implicações de segurança das mudanças climáticas chegassem à agenda da NATO. O planeta está enviando repetidos alertas de que as mudanças climáticas atingiram um ponto de inflexão e representam uma ameaça constante à funcionalidade das economias e sociedades.

 $G \mid M \mid F$ A NATO e as alterações climáticas: antes tarde do que nunca



Após a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, mais de 3,4 milhões de pessoas já foram forçadas a buscar refúgio, principalmente em países vizinhos. A Comissão Europeia estima que a agressão da Rússia pode ter deslocado até 6,5 milhões de pessoas. Em resposta, a União Europeia decidiu rapidamente conceder proteção temporária em toda a UE às pessoas que chegam da Ucrânia. A Diretiva de Proteção Temporária da UE (Diretiva 2001/55/EC) permite que os Estados-Membros da UE ajam rapidamente para oferecer proteção e direitos às pessoas que precisam de proteção imediata e evitar sistemas nacionais de asilo sobrecarregados em casos de chegadas em massa de pessoas deslocadas. Embora invocada várias vezes no passado, a diretiva nunca foi ativada antes. A agressão militar da Rússia levou a uma decisão unânime do Conselho de conceder proteção temporária (por um período inicial de um ano) às pessoas que fugiam da guerra na Ucrânia.



Diante das imagens chocantes das forças militares russas bombardeando indiscriminadamente civis em toda a Ucrânia, os países ocidentais estão sob crescente pressão para encontrar novas maneiras de ajudar os ucranianos a defenderem-se. As forças russas – apesar de tropeçar seriamente durante a sua primeira semana de combate na Ucrânia – ainda representam uma ameaça perigosa à medida que a invasão do Kremlin prossegue.

Enquanto o governo Biden está trabalhando em estreita colaboração com aliados da NATO e parceiros europeus para responder à invasão diplomática e economicamente – além de prometer miliões de dólares em ajuda militar à Ucrânia – os líderes ocidentais podem "fazer mais" para reforçar as defesas de Kiev. Claramente, se os Estados Unidos, os seus aliados e parceiros vão aumentar o seu apoio à Ucrânia, isso deve acontecer imediatamente. Os seus benefícios relativos em termos de eficácia devem ser pesados contra os riscos potenciais de escalar o conflito para uma guerra entre a Rússia e a NATO.



Do romantismo lógico, através de uma parceria difícil, ao confronto indesejado

Dizem que a política é a arte do possível. De fato, após o colapso da União Soviética, as relações NATO-Rússia foram acompanhadas por esforços de longa data para aproveitar as circunstâncias favoráveis. Os Aliados celebraram abertamente o fim da Guerra-Fria e procuraram capitalizar o chamado dividendo da paz. A situação não poderia ter sido diferente devido ao fato de que durante décadas a atenção da

NATO (e os seus recursos) concentrou-se principalmente em neutralizar a ameaça representada pelo Pacto de Varsóvia, que deixou de existir de forma relativamente rápida e em desgraça. Ao mesmo tempo, os membros da NATO fizeram todos os esforços para incorporar ao máximo a Federação Russa (ou seja, o estado sucessor da URSS) no sistema de segurança internacional. A forma das relações entre a NATO e a Rússia foi (e continua a ser) crucial para a arquitetura de estabilidade tanto na Europa como em todo o mundo. A partir de 1990, este processo teve várias etapas. A primeira etapa, que durou até 1997, mais ou menos, pode ser chamada de romantismo lógico. Esse romantismo resultou da esperança de que a "nova Rússia" seguisse o caminho da democracia, rompesse suas raízes imperiais e passasse a construir um Estado moderno que respeite seus cidadãos e o direito internacional. Afinal, as trágicas experiências do stalinismo, da ditadura do Partido Comunista, dos gulags, da censura e da doutrina Breinev foram rejeitadas pelas elites de Moscou e São Petersburgo e pela maioria da sociedade. Ao assinar a Carta de Paris para uma Nova Europa, elaborada por membros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em 1992, a Rússia reconheceu o pleno direito de outros Estados de escolher seus aliados e parceiros e procurou resolver os problemas em sua relações com os seus vizinhos, devido ao difícil legado histórico.







A partir do início de 2022, a Bielorrússia tornou-se um aliado militar mais próximo da Rússia do que nunca. Embora a Rússia ainda não tenha uma base militar permanente em solo bielorrusso, a presença de forças russas com capacidade de combate em território bielorrusso já está estabelecida. A interoperabilidade das forças russas e bielorrussas está melhorando constantemente e, como demonstrado pelo exercício Zapad-2021 e pela implantação da CSTO no Cazaquistão, já está em um nível muito alto. Lukashenka não apenas recuou em sua relutância anterior em permitir que o território bielorrusso fosse usado como plataforma de lançamento para um ataque contra a Ucrânia, mas desde 24 de fevereiro de 2022 a Bielorrússia participa ativamente da guerra. Além disso, a crescente presença militar russa na Bielorrússia constitui uma ameaça também para a UE e a OTAN, mas isso não é mais motivo de preocupação para Minsk, em contraste com sua atitude antes de 2020. A crescente influência militar da Rússia sobre a Bielorrússia, incluindo o provável posicionamento de forças russas, afetará negativamente a segurança de toda a região.



Entramos numa nova fase do projeto europeu. Num contexto em que a nível global a Europa será muito em breve limitada a 5 por cento da população mundial, há necessidade de uma soberania europeia mais forte. No entanto, esse processo precisa ser profundamente democrático para evitar o descontentamento popular e um novo ressurgimento do discurso nacionalista: nesse âmbito, é preciso dar uma virada institucional, colocando os cidadãos no centro das decisões da UE.

Para além da mudança institucional, a Conferência sobre o Futuro da Europa pode ser um importante processo e experiência de aprendizagem para começar a envolver os cidadãos em mecanismos permanentes de democracia deliberativa e participativa à escala continental.

A Europa pode reinventar a democracia para o século XXI também capitalizando as possibilidades pluralistas da era digital. É imperativo, no entanto, combater aspectos do lado obscuro da vida online, como campanhas organizadas de desinformação e outros modos de manipulação que prejudicam a esfera pública europeia.

SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE



A urgência da ação climática obscureceu o futuro do petróleo e do gás na transição energética. A pressão sobre os produtores de petróleo e gás para adaptar as suas operações para se adequarem a um mundo net-zero cresceu, tanto dos formuladores de políticas quanto da comunidade de investidores. Mas uma crise de oferta e picos de preços ilustraram o perigo de afastar-se desses combustíveis sem uma absorção correspondente suficiente de alternativas mais limpas. A maioria dos modelos de transição energética também sugere que a demanda petroquímica continuada e o uso no transporte garantirão um nível considerável de demanda de petróleo e gás, mesmo num cenário líquido zero.



A liberdade global enfrenta uma ameaça terrível. Em todo o mundo, os inimigos da democracia liberal – uma forma de autogoverno em que os direitos humanos são reconhecidos e todo o indivíduo tem direito a tratamento igual perante a lei – estão acelerando os seus ataques. Os regimes autoritários tornaram-se mais eficazes na cooptação ou burla das normas e instituições destinadas a apoiar as liberdades básicas e na prestação de ajuda a outros que desejam fazer o mesmo. Em países com democracias estabelecidas há muito tempo, as forças internas exploraram as deficiências nos seus sistemas, distorcendo a política nacional para promover o ódio, a violência e o poder desenfreado.



Um estudo de antecedentes

A guerra e a estratégia desenvolveram-se reciprocamente como instrumentos pelos quais as nações podem impor sua vontade a outras nações. O uso desenfreado de todos os instrumentos de guerra possíveis foram usados com poucas restrições legais até o final do século XIX. O advento da guerra industrializada introduziu a devastação em uma escala muito maior do que as guerras anteriores. Como resultado das ramificações de tal destruição, os regulamentos internacionais foram construídos para empurrar as nações para as negociações em vez da guerra para resolver disputas internacionais e estabelecer o que é aceitável ou inaceitável na guerra.



Aproveitando a regulação digital para autonomia estratégica

A suposta primazia da Europa na regulação de tecnologias emergentes e o chamado "efeito Bruxelas" pode ajudar a UE a alcançar destaque como regulador global no espaço digital. O efeito Bruxelas, embora existente, não é apenas exagerado no debate público. mas também corre o risco de erosão gradual nos próximos anos. Além disso, as tendências atuais na governança global da tecnologia sugerem que a criação unilateral de regras não será uma estratégia viável no futuro e que a UE só poderá manter um papel de liderança se desenvolver uma estratégia de construção de coalizões, bem como uma estratégia de autogestão. pilha de tecnologia semi-aberta em pé.



Nos últimos anos, as relações entre a Turquia e a UE têm sido difíceis e impulsionadas mais pela gestão de crises do que pela parceria igualitária. No entanto, apesar dessa espiral descendente, ambos os blocos continuam sendo parceiros-chave em domínios como comércio, migração e contraterrorismo e expressam repetidamente seu interesse em desenvolver um relacionamento mais cooperativo e construtivo. O norte da África oferece uma área de pesquisa pouco explorada para as relações Turquia-UE; Marrocos, Egito e Argélia foram selecionados para estudo específico por serem os países com os quais a Turquia e a UE têm os maiores volumes de comércio na região. A recente guerra na Ucrânia também aumentou o valor do norte da África como fornecedor de produtos agrícolas e gás para a região.



A insatisfação com a globalização transformou-se numa força poderosa, com o globalismo descontrolado cada vez mais visto como uma ameaça à integridade do regime democrático. Os formuladores de políticas devem reformular a globalização para mitigar as suas consequências negativas, mantendo intacta a sua dinâmica central de melhoria do crescimento.

A última década viu um aumento constante de movimentos populistas em todo o cenário político em muitas sociedades. Ao contrário da década de 1990, quando o movimento antiglobalização se opôs à integração económica neoliberal com ênfase nos países em desenvolvimento, a reação contra a globalização de hoje é alimentada pela ira sobre os seus impactos nas economias avançadas.

DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM-PORTUGAL ARENTI MUETA TIRISÚN MU DOŽIMA FOR WRITERS CALL FOR WRITERS

Nas últimas semanas, a EuroDefense-Jovem tem-se dedicado, maioritariamente, à análise do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, tendo em conta o excesso de informação que surgiu nos primeiros dias da invasão russa. Foi também nesse sentido que dinamizamos mais uma Tertúlia EDJ, no dia 9 de março, que contou com a participação

participação do Sr. Major-General Carlos Branco e incidiu sobre a «Resposta da União Europeia à tensão na Ucrânia», moderada pelo Vitaliy Venislavskyy, membro da direção da EDJ.

No día 18 de março, o Presidente e a Vice-Presidente da EDJ, Miguel Gomes e Inês Caseiro, foram até à Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Braga, juntamente com o Secretário Geral da EuroDefense-Portugal, Dr. José Alberto Pereira. Através de uma parceria com o CECRI (Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais da Universidade do Minho), foi realizada uma sessão presencial do Estágio de Primavera EuroDefense-Portugal, sobre Economia da Defesa e os principais conceitos. Da parte da tarde teve lugar uma sessão de debate entre o Professor Doutor Paulo Duarte (Universidade Lusófona do Porto e Universidade do Minho) e o Tenente-General António Fontes Ramos (EuroDefense Portugal), sobre a Guerra na Ucrânia e possíveis caminhos para a paz.









Os cidadãos da UE anseiam por oportunidades para trocar pontos de vista sobre importantes questões políticas nacionais e europeias. Convidá-los a tornarem-se parte integrante do processo decisório da UE pode responder eficazmente à demanda popular por mais participação e transparência na governança da UE e aumentar a conscientização,

Algumas reflexões sobre o impasse de segurança chamado Ucrânia

Nenhum evento existe além dos media. Este também é o caso da atual guerra Rússia-Ucrânia.Diariamente, somos inundados com análises e opiniões sobre a ameaça militar de Putin no Oriente.





A guerra não provocada da Rússia contra a Ucrânia levou a um ponto de virada no pensamento da Europa sobre segurança e defesa. A decisão da UE de financiar o fornecimento de armas e equipamentos letais para a Ucrânia, juntamente com o anúncio da Alemanha e de outros países de aumentar maciçamente os gastos militares, marca uma reversão notável na cultura estratégica da EU



A Bússola Estratégica da UE apresenta uma visão realista da política de segurança da UE. Cabe agora aos Estados-Membros cumprirem as suas promessas.

O ataque de Vladimir Putin à Ucrânia marca o início de uma era mais perigosa na segurança europeia. O ambiente internacional mais ameaçador criado pela invasão da Rússia dá à recém-lançada Bússola Estratégica um significado extra, pois define as ambições da UE em segurança e defesa na próxima década.



Cortar os laços energéticos com a Rússia colocará uma grande pressão económica sobre as empresas europeias e consumidores individuais no curto prazo, mas pode acelerar a transição energética da UE e aumentar a sua segurança de abastecimento a longo prazo. O impacto económico dos elevados preços da energia pode ser parcialmente mitigado por um conjunto de medidas de emergência e de longo prazo delineadas pela UE, como o "Energy Price Toolbox".



Os líderes chineses e russos encorajam a percepção de que os dois países estão numa aliança não declarada. Xi disse em 2019: "Nos últimos 6 anos, encontramos-nos quase trinta vezes. A Rússia é o país que mais visitei e o presidente Putin é o meu melhor amigo e colega." Da mesma forma, o ministro das Relações Exteriores da China observou em meados de 2021 que os dois países "sempre serão fortes apoiantes um do outro". Putin, por sua vez, descreveu os laços sinorussos como "um relacionamento aliado,



EuroDefense-Portugal Newsletter
Edição Digital
https://eurodefense.pt/







